



Revista Portuguesa de Educação
ISSN: 0871-9187
rpe@ie.uminho.pt
Universidade do Minho
Portugal

Marques Santos, Ana Maria; Deluiz, Neise
Economia popular e educação: a experiência de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro
Revista Portuguesa de Educação, vol. 22, núm. 2, 2009, pp. 159-190
Universidade do Minho
Braga, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37412031008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Economia popular e educação: a experiência de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro

Ana Maria Marques Santos
UFRuralRJ, Brasil

Neise Deluiz
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Brasil

Resumo

Nesta texto analisamos as práticas de uma Cooperativa de Reciclagem de Lixo situada na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, enfocando a organização e relações de trabalho; os saberes produzidos nos processos de trabalho e as redes de ação coletiva estabelecidas com a comunidade. Os dados foram obtidos através de entrevistas realizadas com os cooperados e suas lideranças e com os técnicos da ONG *Autre Terre*, que apóia o projeto. Os resultados da pesquisa qualitativa apontam que esta experiência de economia popular e solidária tornou-se uma alternativa de inclusão social, gerando trabalho e renda, além de saberes e valores, na perspectiva de uma educação popular crítica. Nas relações da Cooperativa com a comunidade são estabelecidas redes de ação coletiva, resgatando-se o espaço público, no qual a publicização da diversidade de idéias e concepções pode viabilizar a o exercício da cidadania.

Palavras-chave

Economia solidária; Educação popular; Movimentos sociais; Cooperativismo.

Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar a experiência de uma Cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro, Brasil, tendo como foco

os saberes produzidos nos processos de trabalho, a organização e relações de trabalho aí desenvolvidas, além das redes de ação coletiva que são estabelecidas entre a cooperativa e a comunidade, a partir das atividades socioambientais.

As experiências de economia popular ou solidária têm se generalizado na América Latina como uma das estratégias de geração de trabalho e renda e de sobrevivência dos segmentos mais desprivilegiados da população e só podem ser compreendidas dentro do contexto das transformações que vêm sofrendo o mercado e as estruturas econômico-sociais na atual etapa do capitalismo.

Estas iniciativas dos setores populares decorrem da crise do trabalho que vem afetando os países periféricos nas últimas décadas e que, por sua vez, é consequência de dois processos estruturais de evolução do capitalismo: do processo de modernização da produção e do mercado nos países centrais, e da configuração do Estado, com suas crises fiscais, acompanhadas da ausência de políticas públicas sociais (Razeto, 2001).

Na primeira vertente, as mudanças tecnológicas e a reestruturação dos mercados internacionais atingem, de forma especial, a América Latina. Acentua-se o esgotamento da absorção da força de trabalho e, concomitantemente, amplia-se o acesso à satisfação das necessidades e aspirações de determinados segmentos da população. Há um aumento de interesse na produção de bens e serviços que atendam às necessidades e aspirações desses setores, em especial daqueles que ainda possuem capacidade de consumir e aumentar o lucro do capital. Entretanto, permanece existindo um significativo grupo de sujeitos que são postos à margem dessas mudanças, permanecendo no reino de necessidades mais básicas, as de sobrevivência, carecendo de bens e serviços, inscritos na categoria de essenciais.

Na segunda vertente, temos a realidade de um Estado que não tem conseguido assegurar, de forma efetiva e permanente, recursos e serviços voltados para o interesse público, e cujas políticas sociais vêm sendo efetivadas, em grande medida, pelas ações do mercado, através da privatização dos serviços e da constituição de um setor público não-estatal, onde atuam várias organizações, entre elas as organizações não-governamentais — ONGs.

Tais processos de configuração do capitalismo provocam um dualismo estrutural na economia e na vida cotidiana dos sujeitos. De um lado, o conjunto da economia é visto a partir da lógica do capital e de sua acumulação, e o sistema de interesses na sociedade é hegemonizado pelos interesses do capitalismo internacionalizado. De outro, o conjunto da economia é visto a partir da lógica do trabalho e de sua reprodução ampliada, confrontando essa hegemonia e afirmando a primazia dos interesses do conjunto dos trabalhadores e de suas múltiplas identidades e agrupamentos (Coraggio, 2003).

A economia do trabalho ou popular é resultado de experiências, atividades e iniciativas que, estando deslocadas dos dois sistemas formais de destinação de recursos — mercado e Estado —, precisam organizar e garantir caminhos de subsistir, garantindo a satisfação de suas necessidades econômicas.

Icaza e Tiriba (2003) compreendem a economia popular no sentido de garantia da satisfação das necessidades básicas — materiais e imateriais —, através da utilização da força de trabalho e dos recursos disponíveis dos setores populares, nas suas atividades econômicas e práticas sociais. A economia popular encontra-se ligada diretamente à reprodução ampliada da vida, transcendendo a obtenção de ganhos materiais.

Razeto (2001) distingue três níveis de estratégias adotadas pelos setores populares: as estratégias de sobrevivência, constituídas por atividades de emergência e transitórias para a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência fisiológica; as estratégias de subsistência, quando há satisfação das necessidades, mas não são assumidas como opção permanente; e as estratégias de vida, que ocorrem com a valorização de certos espaços das atividades que realizam — a liberdade, o companheirismo, a autogestão —, buscando o crescimento dos empreendimentos para além da subsistência.

A economia popular se expressa de diferentes maneiras, e uma delas é a Economia Solidária, na qual, segundo Razeto (2001), as formas de produzir, distribuir recursos e bens, consumir e se desenvolver ocorrem através de características próprias, consideradas como alternativas ao modo capitalista hegemônico. Trata-se de uma racionalidade especial, em que o modo de constituir a economia implica em mudanças comportamentais,

sociais e pessoais na organização da produção e das empresas, na destinação de recursos e distribuição de bens e serviços produzidos, assim como nas formas de consumo e acumulação.

O autor destaca as características desse modo peculiar de ser: iniciativas que se desenvolvem nos setores populares; iniciativas associativas, de pequenos grupos de pessoas ou familiares; experiências que dão lugar às organizações e empreendimentos; ações encaminhadas para enfrentar um conjunto de carências e necessidades concretas; iniciativas participativas, democráticas, autogestionárias e autônomas; iniciativas que tendem a serem integrais, articulando as dimensões econômica, social, educativa, pessoal, grupal e solidária, buscando satisfazer amplamente às necessidades e aspirações humanas; experiências que tendem a se coordenar com outras, com a formação de redes horizontais baseadas na troca de informações e nas ações conjuntas, associando necessidades e construção social.

Singer (2003) conceitua esta Economia Solidária como a organização de produtores, consumidores e poupadores, que se distinguem por duas especificidades: estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase nos mais desfavorecidos, sendo a Cooperativa uma das formas clássicas desta espécie de empreendimento.

É no contexto dos anos 1990, que se observa a ampliação de experiências de Economia Popular e Solidária na América Latina e no Brasil e, também, um redirecionamento dos propósitos da Educação Popular. Esta que tinha seus objetivos mais centrados na política e na transformação da sociedade sofre um redirecionamento para as questões do indivíduo, sua cultura e representações (Gohn, 2002).

Apesar das atividades de educação popular historicamente terem privilegiado os processos de alfabetização de adultos e de promoção de desenvolvimento local, posteriormente, orientou-se para "intervenções no terreno da consciência, da ideologia e da cultura" (Coraggio, 2000: 127). Para o autor, a educação popular possui enfoques educativos, voltados aos grupos à margem do sistema formal de ensino e um direcionamento para além do campo educativo, abrangendo o campo político, que considera a exclusão e os oprimidos do sistema social.

Na perspectiva da educação popular, Gohn (2006: 28) apresenta o conceito de educação crítica não-formal como "aquela que se aprende 'no mundo da vida', via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas". Seus resultados esperados são a conscientização e a emancipação dos indivíduos e grupos e a construção de conhecimento sobre o mundo e as relações sociais que os circundam. Forma os indivíduos para a vida e suas adversidades, dando-lhes condições de desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, e de luta para serem reconhecidos como iguais, dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, entre outras).

Neste sentido, Gutiérrez (2001: 100) sinaliza que "a produção e a organização são hoje, na América Latina, os componentes substantivos e sustentadores de todo o processo de educação popular". O autor destaca uma educação socialmente produtiva, onde a produção, a organização e a educação compõem um processo integrador e relacional. Existe uma relação sociopolítica que amplia o entendimento dos fatores econômicos, organizacionais e educativos gerados nas economias populares.

É possível, portanto, que no contexto da produção cooperativa e solidária, a educação popular encontre novos caminhos e alternativas de ação, onde o trabalho socialmente produtivo também seja educativo. A solidariedade passa a ser enfocada tanto nos processos de economia popular quanto nos de organização e de educação popular.

Trata-se de ampliar os espaços educativos que promovam novos saberes e novas práticas sociais e, para isso, um dos pontos de partida é não só compreender a produção associada como instância educativa, mas captar as formas como os trabalhadores de atividades populares vêm organizando seus empreendimentos para além da reprodução ampliada do capital, no sentido da reprodução ampliada da vida, como sinalizou Coraggio (2000).

Tiriba (2001: 210) aponta a produção associada como lugar onde o mundo do trabalho "é princípio e fim educativo, é fonte de produção de conhecimento e de novas práticas sociais, é fonte de produção de bens materiais e espirituais". Lembra-nos que não se trata da mera substituição do espaço educativo escolar, mas da necessidade de ampliação do conhecimento dos trabalhadores sobre o mundo do trabalho, ressaltando

ainda o risco de que os objetivos que norteiam os processos educativos de formação dos trabalhadores se voltem apenas para a lógica da empregabilidade e da sobrevivência. Gutiérrez (2001: 25) aponta que os interesses externos aos setores populares podem imputar a esse processo de formação uma lógica instrumental ao "manter a atual estrutura produtiva com uma roupagem modernizante, desconhecendo os objetivos e a natureza sociopolítica de todo o processo de desenvolvimento humano".

Nasciutti (2001), ao relatar algumas experiências com projetos de ação comunitária (oficinas, rádio comunitárias, reciclagens de lixo, oficinas profissionalizantes, creches, centros de lazer, música, artes, entre outras), ressalta que por mais distantes que estas possam parecer estar das ações econômicas, culturais, ambientais que primem pela integralidade do ser humano em sua relação social mais global, o que se pode apreender são elementos ricos em aspectos da cidadania, resgate de auto-estima, conscientização e construção de sujeitos políticos, a partir da superação da passividade e da ação coletiva organizada.

Contextualizando a comunidade local e a Cooperativa de Reciclagem

O Bairro de Jacutinga situado na cidade de Mesquita, Baixada Fluminense — Rio de Janeiro, Brasil, caracteriza-se por ser uma comunidade composta de muitas famílias na linha de pobreza e, por vezes, abaixo dela, em situação de indigência¹, em um contexto de exclusão social acirrado pela ineficácia das políticas públicas e pela forma contemporânea de produção e organização capitalista.

As mulheres em geral chefes de família, e três homens, formando um total de 19 cooperados, grande parte sem moradia própria e muito precarizada, apresentam diversas outras situações de agravamento da exclusão²: problemas de saúde diversos, incluindo AIDS, alcoolismo, entre outros. É a partir de um grupo com esse perfil que vem sendo desenvolvido o Projeto Lixo é Vida, da Reciclagem Comunitária N. S. do Carmo, hoje COOPCARMO³.

A organização do trabalho na reciclagem se deu pela busca e tentativa da sustentação econômica, por trabalho e renda, através de práticas

concretas de trabalho e ação em torno da coleta seletiva de lixo⁴. Sua origem remonta ao final de 1992, quando o pároco da comunidade local conheceu e trouxe a experiência de coleta seletiva realizada por um grupo de trabalho em condições semelhantes às de Jacutinga, e resolveu oferecê-la como possibilidade e alternativa à superação da exclusão via geração de trabalho e renda, visando o resgate da humanidade daqueles a quem denominavam como os "pequeninos".

As mulheres que pertenciam à Campanha do Quilo⁵ foram chamadas para a composição de um grupo que daria início ao projeto proposto: a reciclagem como geradora de trabalho e renda. Deixaram, assim, a distribuição/recebimento de alimentos para se organizarem em torno de um projeto de reciclagem comunitária — Projeto Lixo é Vida —, hoje, cooperativa. O exército de desempregados era grande e algumas líderes comunitárias acolheram a idéia de juntar lixo, e propuseram-se à organização do trabalho, convocando as mulheres desempregadas do bairro e apresentando-lhes a proposta do trabalho com a reciclagem.

Desta forma, desde 11 de março de 1993, o grupo vem se organizando em torno do Projeto de Reciclagem Comunitária, sendo esta organizada pela constituição de entrepostos solidários. A coleta seletiva é feita pelo próprio grupo, em dois caminhões: um cedido em convênio, com a prefeitura do município de Mesquita⁶, e outro recentemente adquirido pelo grupo — Janeiro/2005, com o apoio financeiro da ONG belga *Autre Terre*⁷.

Num trabalho de formigueiro organizado entre o grupo, promovem e transportam toda a coleta para o galpão⁸. Todos os dias se revezam entre equipe externa — saída com o caminhão para a coleta nos entrepostos, às 06:30, e equipe interna que fica na reciclagem — realizando o trabalho interno, de separação minuciosa, organização, prensagem, armazenamento, catalogação para posterior venda dos mesmos ao mercado. Além disso, realizam todas as atividades de organização da cooperativa: documentação, contatos de venda, idas ao contador, confecção de atas, relatórios, contatos com órgãos públicos, escolas, prestação de contas à ONG, entre outras.

No meio do dia, o caminhão retorna ao galpão da reciclagem para o primeiro despejo de materiais. Todos almoçam e retornam às atividades, ocorrendo outro retorno do caminhão, no fim da tarde. Cabe lembrar que o

caminhão cedido pela prefeitura cobre somente a área do município de Mesquita, sendo o outro utilizado para a coleta em municípios adjacentes, em especial o município de Nova Iguaçu, onde os entrepostos constituem-se de fábricas, repartições públicas como os Correios, escolas públicas e privadas, além de entrepostos residenciais — condomínios.

A forma como o grupo apreendeu sua auto-gestão é bastante interessante. Antes mediada pelo Padre paroquial e assessores da comunidade, passaram com o tempo a primar pela autonomia, o que a princípio causou certo desconforto nas relações comunitárias. Os conselhos comunitários queriam que as decisões do Projeto passassem por aprovação paroquial prévia, o que foi rejeitado pelo grupo. Ocorre a primeira ruptura do grupo com a comunidade paroquial.

O grupo apresenta auto-organização, seja em suas reuniões periódicas, nas atividades que levam até às escolas e comunidade em geral, nos contatos com outros segmentos sociais, incluindo o poder público e privado. Nestas ações, imersas na não formalidade educativa, encontram-se práticas cotidianas de essência educativa e cidadã, advindas do fazer-ação.

Dirigidas a esse foco, a centralidade do trabalho na Cooperativa, passa a ocupar nossa atenção. A divisão do trabalho e de renda é também significativa: a dinâmica de revezamento entre ficar na separação do lixo, ir no caminhão fazer a coleta, participar das reuniões, das idas ao encontros com outros grupos de reciclagem e ambientais, ou ir às escolas falar do trabalho que realizam, são exercícios coletivos. A renda é dividida sob forma de partilha em partes iguais, contando (19 + um), uma espécie de cota de reserva do grupo, o que na nomenclatura do cooperativismo é denominado "sobra" (Naciuti, 2001). Com a legalização da Cooperativa, outros encargos e contribuições surgiram, mas a o sistema de "sobra", permanece.

É neste contexto que se situa a Cooperativa de Reciclagem de Lixo, a COOPCARM, que tem como filosofia a geração de trabalho e renda, a inclusão social e o resgate de cidadania através da ação de coleta seletiva na comunidade local e em municípios adjacentes. Atualmente, a Cooperativa vem estabelecendo parcerias com o poder público — Prefeitura do Município de Mesquita; com empresas como a Petrobrás/BR, com o fim de implementar projetos de coleta seletiva e beneficiamento do lixo, formação e inserção de

catadores de rua em atividades socioambientais, bem como, com as escolas municipais, comércio e comunidade local.

Observamos que apesar de serem sujeitos imersos na exclusão social alguns puderam iniciar a percepção de si a partir do trabalho cooperativo. Este projeto vem se constituindo em um espaço de resistência e de re-invenção, ampliando e redimensionando os conhecimentos ali gerados, construídos a partir do trabalho coletivo cooperativado e das ações educativas não formais estabelecidas sob a forma de uma nova economia, a que Singer (1997) chamou de única alternativa válida e progressista ao capitalismo.

Este estudo é resultante destas inquietações e teve como objetivo analisar as experiências e práticas desenvolvidas pela COOPCARMO, enfocando a organização e relações de trabalho, os saberes produzidos nos processos de trabalho na Cooperativa e as redes de ação coletiva que são estabelecidas com a comunidade, a partir das atividades socioambientais.

Caminhos teórico-metodológicos

Partimos do pressuposto que a relação entre educação e trabalho não pode continuar a ser vista unicamente sob a ótica da produção e consumo, onde há ênfase nas competências e habilidades para uma educação basicamente voltada para os processos produtivos, mas deve ser necessariamente transpassada por uma dimensão sociopolítica (Deluiz, 1995), com prioridade nas experiências de solidariedade e de realização pessoal e coletiva no âmbito de um projeto social mais democrático. Souza Santos (1997) refere-se às perguntas que fazem avançar o conhecimento, denominando-as como aquelas capazes de penetrar nos pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, onde o valor e a ética são introduzidos nos conceitos científicos, chamando-as de perguntas poderosas e contra-hegemônicas. Esta perspectiva é reiterada por Bourdieu (1998), ao dizer que é necessário lutar contra a tecnocracia econômica, através do emergir do conhecimento dos homens, do seu cotidiano e do seu sofrimento.

Buscamos refletir sobre essa realidade a partir da investigação dos processos educativos populares não-formais e de busca de formas alternativas de inserção social destes trabalhadores no mundo do trabalho. Foi partindo de um olhar local que o implicamos numa ótica global, propondo-

nos um resgate dessa realidade enquanto organização e resistência social, compreendendo o contexto sócio-histórico daquela comunidade em seu diálogo com o macro contexto social, dentro de uma perspectiva aqui expressa por Martins (2000: 135),

Há nisso uma proposta metodológica e teórica: observar a sociedade a partir da margem, do mundo cinzento daqueles aos quais as contradições da vida social deram a aparência de insignificantes e que como insignificantes são tratados pela ciência. E, no entanto, se movem.

O estudo orientou-se pelos pressupostos da pesquisa qualitativa em educação, ancorando-se em uma ótica compreensiva e dialógica, que levou em conta o contexto histórico, econômico, socio-político e cultural, e enfatizou os significados e as perspectivas dos sujeitos, inseridos em seu contexto. Envolveu a imersão do pesquisador na realidade social e considerou o ambiente natural como fonte direta de dados, no qual os sujeitos — elementos participantes do estudo, interagem. Teve como proposta metodológica um plano de pesquisa participativo, objetivando-se na prática e na interação cotidiana dos sujeitos.

O trabalho de campo ocorreu no período que compreendeu o último semestre de 2003 a fevereiro de 2005, e desenvolveu-se dentro da Cooperativa e a partir da observação-interlocução com seu entorno, estando esta situada no Bairro de Jacutinga, Município de Mesquita, Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro.

Através de um roteiro⁹, adaptado dos estudos de Tiriba (2001), foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a liderança da Cooperativa — que naquele momento se apresentou como sendo a figura mais antiga e experiente do grupo Hada Rúbia; com a representante da ONG *Autre Terre* e com a facilitadora do grupo contratada pela ONG, utilizando-se o recurso do gravador. Foram registrados, igualmente, relatos livres de 12, dos 19 Cooperados, sob forma espontânea de participação, com suas histórias de vida. Foi, ainda, realizado um processo de acompanhamento e observação com diário de campo, e registro das mesmas, posteriormente utilizado na correlação de dados e leituras.

Além dessa etapa, foram estabelecidos diálogos constantes com a produção documental, através da pesquisa bibliográfica acadêmica e da análise documental dos materiais produzidos pela Cooperativa, tais como

Estatuto e Regimento Interno, atas de reuniões, registros, *folders*, *banners*, fotos e projetos, realizados no decorrer dos 12 anos de existência do Projeto Lixo é Vida, e dos materiais oriundos da ONG *Autre Terre*, através da sua página da internet¹⁰, publicações, projetos e outros, possibilitando uma construção que articulou teoria e prática.

A partir das entrevistas semi-estruturadas, das observações e da análise documental, buscou-se compreender a organização, as relações de trabalho e os saberes construídos na prática do trabalho da Cooperativa; analisar a cooperação como forma de organização do trabalho e como aprendizado; constatar quanto se ganha e quais as condições de trabalho; e observar como se aprende e se produz conhecimento na Cooperativa e como se estabelecem as redes de ação coletiva e os espaços de aprendizagem, tendo como objetivo final compreender as percepções do grupo de cooperados sobre o trabalho, a educação e o meio ambiente e as concepções e intenções da ONG *Autre Terre* em relação ao Projeto Lixo é Vida e à Cooperativa.

A COOPCARMO: organização e relações de trabalho e saberes construídos na prática do trabalho

Dos resultados da pesquisa qualitativa realizada na COOPCARMO, observou-se que ao se referirem ao trabalho que realizam na Cooperativa, os trabalhadores o apontam como atividade vital e destacam sua importância e significado em suas vidas:

É, pra mim é muito claro. É uma questão de dignidade. Você passa a se sentir como as outras pessoas. Pra mim, ele [o trabalho] construiu muita coisa: vida, esperança, dignidade, vontade de viver (Vânia).

Pra mim é tudo. É o meu meio de sobrevivência. É onde eu tive oportunidade de aprender que eu sou um ser humano. Da onde a gente não espera é que surge vida. Em relação ao projeto, eu pretendo que mais pessoas estejam aqui produzindo. Ver isso aqui crescendo (Laudicéia).

A despeito da discussão teórica que enfatiza a perda de centralidade da categoria trabalho para o entendimento da atividade humana e para a determinação da estrutura e desenvolvimento da sociedade contemporânea (Offe, 1989), o trabalho é considerado elemento norteador dos projetos realizados pela ONG *Autre Terre*, que apóia o Projeto Lixo é Vida, como observado na fala da representante belga no Brasil:

A *Autre Terre* uma ONG que foi formada em 1971, tem como missão apoiar parceiros no sul do planeta e com essa idéia sempre de geração e renda e trabalho. Não por desprezar as atividades de cultura, educação, saúde, mas porque o grupo *Autre Terre* acha que *a transformação e o resgate da vida passa pelo trabalho* (Emanuelle — *Autre Terre*).

Na prática, os cooperados sabem da centralidade do trabalho em suas vidas e ao vivenciarem suas experiências vão também se inscrevendo historicamente na sociedade, constituindo sua identidade como trabalhadores, em oposição a outros segmentos sociais:

Não é porque eu sou rica não, mas um dia eu fui pegar o lixo e vi muitas pessoas pedindo e fiquei pensando que poderiam estar procurando seu próprio sustento num trabalho. Mas elas estão ali mexendo no lixo que as pessoas jogam fora (...). É melhor você trabalhar e mostrar que é um ser humano. Às vezes as pessoas por preguiça preferem continuar pedindo. Eu digo isso porque quase cheguei neste ponto (Laudicéia).

Na visão da liderança um dos motivos da precarização dos catadores é a ausência de consciência sobre o próprio trabalho e sobre sua identidade como trabalhadores, o que os fazem perderem a auto-estima e tornarem-se dependentes da bebida alcoólica.

Os catadores bebem demais (...), mas porque não têm nenhuma informação. Eu tenho orgulho de falar que trabalho com lixo. Agora, trabalhar com lixo, na cabeça de muitas pessoas é um desprezo, né? Você chegou num nível da sua vida que você não sabe o que fazer, não tem mais nada pra você ter e fazer. Então, o álcool é uma maneira de você se esconder daquilo que você faz. Ele leva as garrafas de Pet e aquele dinheiro é tão pouco (...). Porque o catador, na verdade, ele é o desempregado que não consegue mais trabalho e ele tem que sobreviver de qualquer maneira (Hada — liderança).

Partindo das dificuldades concretas do mundo do trabalho e do cotidiano de sobrevivência, os trabalhadores cooperados identificam em suas histórias pessoais a trajetória do trabalho "formal" precarizado e reconhecem a ausência de qualificação e de espaço nesse mercado de trabalho. Neste momento, outras formas e possibilidades de trabalho surgem como alternativas à realidade específica e comum daqueles sujeitos, dando início a uma ressignificação do mundo do trabalho que passa a traduzir-se pelas ações dos trabalhadores no sentido de um trabalho cooperado, que guarda outros valores para além da produção e do lucro.

Geralmente o problema das pessoas é este mesmo, porque o trabalho tem que ser aquele trabalho convencional de carteira assinada que você vai ali todo dia e muitas vezes você tem tempo de trabalho determinado. Você vai ali só pra ganhar aquele dinheirinho e pronto. A própria empresa te proporciona isso, você não quer nem saber. Ir já pensando no ganho do final do mês. Aqui já é totalmente diferente. Você quando trabalha numa empresa de carteira assinada a sua preocupação é: quanto será que eu vou ganhar este mês, será que vai dar pra pagar minhas contas, vai dar pra comprar minha comida? Agora a nossa preocupação mudou. É será que o que eu vou ganhar vai dar para pagar minhas contas, pra comprar minha comida, pra pagar as taxas da minha cooperativa, pra pagar as contas que a cooperativa tem? (Hada — liderança).

Entretanto, o trabalho cooperado encontra-se imerso na seguinte contradição: o desafio de enfrentar o mercado competitivo e, ao mesmo tempo, manter a lógica do apoio cooperativo, formado a partir da ação coletiva, como relata a representante da ONG:

(...) a *Autre Terre* quer também apoiar uma dinâmica de colaboração entre as cooperativas que trabalham no mesmo ramo, porque a *salvação e a verdadeira libertação* das pessoas dentro das cooperativas é quando elas começam se juntar para poder negociar melhor os preços para poder tratar, beneficiar materiais. É a ação coletiva entre cooperativas (Emanuelle — *Autre Terre*).

A cooperação como forma de organização do trabalho e como aprendizado

O espaço de trabalho cooperativo na COOPCARMO possui características próprias, pois a idéia de vida coletiva, apesar de contextualizada dentro do ideário do capitalismo, não se justifica apenas para a acumulação numa perspectiva de produção e consumo: "geralmente as cooperativas só têm nome de cooperativa e pronto. Mas é a forma de trabalhar. Aqui a gente tenta fazer diferente. Dá um trabalho maior, né?" (Hada — liderança).

Ainda que a organização do trabalho voltada para a cooperação seja vista como proposta alternativa de geração de trabalho e renda no atual contexto econômico, Cattani (2003) aponta como um dos desafios a serem enfrentados a demarcação precisa entre as verdadeiras alternativas e as práticas conservadoras do terceiro setor, que pretendem assegurar a hegemonia das elites dominantes na condução dos processos sociais, pelo risco de convulsão social ou do direcionamento da violência contra os

poderosos. Nesta perspectiva, Fals Borda (1999, *apud* Nasciutti, 2001) alerta que embora as cooperativas populares venham exercendo uma ponte entre as práticas comunitárias e as demais organizações sociais de ordem mais complexa, aquelas acabam recebendo apoio político tendo em vista seu papel no apaziguamento das demandas sociais, e na reprodução/manutenção da estrutura da comunidade, através do controle por grupos majoritários e/ou da cooptação das lideranças.

Entretanto, Razeto (2001) lembra-nos da importante contribuição dos projetos ligados ao associativismo, ao cooperativismo e à economia popular, cujo cerne de ação é o resgate dos sujeitos e de suas relações cooperadas e solidárias para além da lógica meramente capitalista.

Na COOPCARMO a organização do trabalho baseia-se na divisão de tarefas visando à produção, atuando a favor da preservação ambiental, no caso a coleta e a reciclagem do lixo, buscando transformá-lo em mercadoria. Entretanto, há todo um processo de aprendizagem próprio do cooperativismo, como o trabalho em equipe, onde os valores coletivos sobrepõem-se aos individuais, como relata Jaqueline, técnica da ONG, ao se referir ao cotidiano de trabalho na Cooperativa:

É, a gente aprende aqui dentro fazendo. Aprende-se a *repensar* muitas coisas e *muitos valores*, porque parece um formigueiro organizado, tem um ritual, tem um movimento, que é próprio deles, ao mesmo tempo os corpos somem e aparecem, mas ao mesmo tempo é uma mágica, um movimento próprio que vem e faz. Chegam do caminhão cheio de materiais e equipamentos (...), eles se reciclam, e eu acho que eles são muito abertos também e falam as coisas (Jaqueline — facilitadora).

Este processo de organização da cooperativa e de compreensão da sua concepção pelos cooperados ocorre durante as reuniões do grupo, mas a construção do cooperativismo não é fácil, uma vez que há exigências que têm que ser cumpridas:

então você muda, você passa de empregado a patrão e aquelas preocupações que você tinha só de empregado você passa a ter de empregado e de patrão, né? Hoje essa é a minha preocupação, então o trabalho para mim é diferente, hoje eu trabalho numa coisa que eu ajudei a construir e eu acredito nesse trabalho (Hada — liderança).

Nasciutti (2001) aponta que a proposta inicial das cooperativas de constituírem-se como uma alternativa ao modelo capitalista passa a ser

pressionada pelas necessidades de agilidade e articulações demandadas pelo mercado, e o espaço de decisão coletiva, próprio do cooperativismo, fica ameaçado, devido às exigências de modernização administrativa e de lideranças com perfil empresarial.

Dentro do cooperativismo tem que ter a assembleia geral, a ordinária e a extraordinária, além das reuniões de diretoria e as reuniões da equipe que trabalha com o conselho fiscal, e aqui na Cooperativa ainda não tem. A gente não conseguiu fazer ainda e também porque a gente não fez balancete. Vamos fazer esse ano o primeiro balancete (Hada — liderança).

As considerações da liderança envolvem a necessidade da existência da comunidade como espaço de discussão, planejamento e escolhas, no qual as ações coletivas e cotidianas norteariam o processo de consolidação do trabalho cooperado, na perspectiva de uma ação popular solidária e de uma educação popular crítica.

Estas ações são, entretanto, marcadas pelos fazeres inerentes à reprodução da existência. Razeto (2001) destaca a heterogeneidade e a diferenciação interna desse tipo de organização econômica, caracterizada por ele como Organizações Econômicas Populares (OEPs), grupos que no coletivo estariam buscando formas de enfrentamento de problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos.

É identificado na forma de organização da COOPCARMO um tipo mais específico de economia popular — a economia solidária cooperativada, onde as formas de produzir, distribuir recursos e bens e consumir possuem características próprias, diferenciadas do modo capitalista dominante:

A gente não trabalha dentro dessa forma do capitalismo né? A gente bate de frente, de repente será que é isso que faz a gente vencer cada vez mais? A essência do trabalho que a gente fala, a filosofia do grupo, né? Porque é aquilo que eu falei dos trabalhos convencionais, até na hora de selecionar a pessoa que vai trabalhar precisa pensar muito, né? (Hada — liderança).

A liderança e alguns cooperados passam a assumir as responsabilidades inerentes a uma produção diferenciada, onde o fator C, traduzido pela cooperação, colaboração, coordenação, comunidade e coletividade prevalece sobre o K (capital) e L (labor/trabalho) (Razeto, 2001):

Dentro do cooperativismo nem do horário você pode falar, porque o cooperado não tem hora pra chegar na cooperativa, mas só que aqui é uma cooperativa totalmente diferente que tem um compromisso. Porque geralmente as

cooperativas que trabalham com lixo eles são catadores. O catador, ele fica a hora que ele quer, trabalha o dia que ele quer. E aqui não, entendeu? Aqui tem aquele compromisso com os entrepostos. Tem que ir lá no dia certo coletar (Hada — liderança).

Quanto se ganha e quais as condições de trabalho?

O início dessa organização foi marcado apenas pelo investimento que cada sujeito fez, tomando aquele trabalho como uma possibilidade. Parafraseando Razeto (2001), o capital a ser investido foi o trabalho que, nesse caso, está permeado pela cooperação: "Naquela época era muito pouquinho tinha que ter que esperar quatro meses para receber trinta reais. É uma questão de sobrevivência. Mas a gente no princípio já trabalhou por bem pouco" (Vânia).

Cristina, cooperada, lembra que quando apresentam o trabalho nas escolas e demais espaços, aparece a preocupação das pessoas em saber como se dá a remuneração das atividades da cooperativa — como e quanto ganham:

Eles perguntam se a gente ganha salário. Tem carteira assinada? Não, trabalhamos com nossa partilha. É assim a partilha: nós juntamos o material, separamos e vendemos. Aquele dinheiro é junto. Somos 19 funcionários aí o valor que der a gente divide pelo número de funcionários. Como distribuímos o material. Tudo que a gente faz a gente passa [referindo-se ao processo de ensinar o serviço]. Tentamos tirar todas as dúvidas deles (Cristina).

O mercado informal encontra-se à margem da economia, mas não fora dela, como nos lembra Martins (2000). Nesse sentido, Hada explica como realmente é feita a divisão dos valores apurados e qual é a jornada de trabalho, tal como constam do Regimento Interno e do Estatuto da COOPCARMO:

Um salário mínimo tem sido a média, trabalhando das 7:00h até as 17:00h. Isso é porque são 20% para taxa de administração em cima do bruto de cada um e depois se desconta R\$15,00 que é a taxa de manutenção para as despesas gerais. Fazemos uma divisão: primeiro a gente vê os dias trabalhados pelo bruto. Aí você divide os dias trabalhados pelo bruto que vai dar o ganho por dia, e este ganho por dia é multiplicado pelo número de dias trabalhados. É, tem o descanso semanal, sábado e domingo. Só assim, se tiver necessidade mesmo que a gente trabalha aos sábados (Hada — liderança).

Apesar de reconhecerem a importância e o desenvolvimento do trabalho em suas vidas, a precarização do trabalho é destacada pelos cooperados como algo a ser superado, referindo-se às condições de realização do mesmo dentro e fora da cooperativa:

Na fábrica a gente trabalhava sentado. Era tudo limpinho. Aqui não. A gente fica com muita dor na perna. Também, trabalhando abaixado e no sol né? (Elaine).

A diferença é que eles não trabalham no sol [referindo-se aos trabalhadores formais]. Trabalhamos no sol, e tem vezes que acham que gente não está trabalhando (Eliete).

A necessidade de segurança e garantia no trabalho é alvo da preocupação dos cooperados. Após a constituição da cooperativa, passaram a fazer a contribuição para a previdência, não antes de muitas discussões sobre como viabilizar essa questão:

Garantia, né? Porque como se diz: de uma hora pra outra a gente adoece e não tem como trabalhar mais. Com todos nós pode acontecer. Aí a gente tendo o INSS, a gente tem uma garantia. E se a gente não tiver? Como é que fica? O que vai acontecer? Vai ficar em cima da cama. Eu não apoio tudo. Eu ajo com o que eu entendendo que é certo. Sem dinheiro para comprar nenhum remédio? Aí eles falam você apóia tudo. Não, mas eu vejo como segurança (Vânia).

Você pode estar doente, mas pode estar ganhando, né? Então é por isso que o grupo agora paga o INSS, para essas eventualidades. Ficou doente (...) ganhou neném, pode ficar em casa vai receber auxílio natalidade. Sofreu acidente, até mesmo no trabalho, tem remuneração (Hada — liderança).

A produção a partir do lixo: o que temos que aprender?

Diferente de outras formas de produzir, a COOPCARMO mantém sua produção a partir do lixo social. Este tem tido seu crescimento dado aos diversos fenômenos promovidos pelo processo de globalização, entre eles, a geração de consumo marcada pela descartabilidade. Buarque (2001: 207) aponta que tal 'produção' é fruto da modernidade: consumidores produzem excesso de lixo e a concentração de renda um excesso de pobreza, "as sociedades pobres não têm tanto lixo; as justas não têm tantos pobres".

Na problemática do lixo encontra-se o fazer da COOPCARMO, que a partir dos 'excessos' vem buscando estabelecer um trabalho que incorpore produção, mas também trabalho educativo para o coletivo social,

(...) eu acho que é por isso também que eu tenho outra visão do trabalho. Porque eu sei a importância que o meu trabalho tem. Porque eu não sou simplesmente uma catadora de lixo, né? Eu sou uma ecologista? Uma empresária? Trabalhadora? Eu sou tudo isso. Vivo muito isso: a importância desse trabalho. É muito importante o meu trabalho (Hada — liderança).

A produção na COOPCARMO se dá pela coleta de lixo seletivo nos entrepostos (residências, empresas, escolas, e outros), pelo transporte, despejo, separação, organização e catalogação, prensagem, pesagem e comercialização dos materiais às empresas, além do reaproveitamento artesanal com a criação de novos produtos, em especial objetos de uso e decoração, como é o caso das oficinas de cestaria e papel. A construção de conhecimentos sobre o que se produz pode ser vista nas falas:

Ah, têm hora que eu fico pensando, como é que pode do lixo sair um monte de material que a gente pode trabalhar? Eu nunca vi esse tipo de trabalho assim. Eu vejo assim, o caminhão do lixo, pegando o lixo, agora eu fico imaginando, que dá dinheiro, que nem o papelão, muita gente aí sustenta a família assim, com a venda de papelão (Linda Márcia).

Então a gente tem aí a *PET* que vai para várias coisas. *PET* não vira *PET* de novo como no caso das *LAV* [latinhas de alumínio vazias]. O *PET* pode ser é reaproveitado: móvel, sofá, estante. Já o papelão é diverso. Papelão é reciclado (Hada — liderança).

Os principais materiais coletados pela COOPCARMO são metal, plástico, papel e vidro, os quais se desdobram em inúmeras classificações e finalidades. Estas é que atendem ao interesse do mercado, e isso foi uma árdua descoberta para os cooperados, pois não se tratava apenas de juntar material e vender, mas de decidir o que vender e a quem vender, buscando essa qualificação no seu próprio fazer:

Tivemos que aprender a nos comunicar muito para poder achar os compradores certos. Hoje em dia a gente tem os compradores. Para cada mercadoria a gente tem o comprador certo. Um para o plástico, outro para o jornal (Vânia).

Provocando os cooperados para o aprendizado sobre os produtos com que lidam, a liderança estabelece uma dinâmica de identificação dos materiais:

quem viu o polietileno de alta densidade, quer dizer onde está? E o polietileno de baixa densidade, cadê o papelão colorido, cadê o papelão ondulado? Aí no outro dia eu vou trabalhando e vou perguntando pra eles, né? O plástico é derivado de que? Quantas árvores deixam de ser derrubadas quando se recicla

um papel? Coisas assim que é pra ver se eles guardam. Como é o nome desse material aqui? Cadê a malha de alumínio? Às vezes eles ficam todos perdidos (Hada — liderança).

Como se aprende e se produz conhecimento na cooperativa?

A escolaridade formal dos cooperados encontra-se em torno do ensino fundamental incompleto, a maioria sem o término do primeiro segmento.

Eu queria aprender a escrever, porque eu sei ler a Bíblia, e soletro 'lixo é vida', recicle, *lixo é vida*, mas eu não consigo gravar as letras. É isso que acontece comigo (Linda Márcia).

Segundo a opinião da técnica da ONG, a superação das dificuldades em relação ao processo de conhecimento passa pelo resgate do sujeito integral, iniciando-se pela reconstrução de sua auto-estima, do reconhecer-se como alguém capaz de realizar:

Eu acho que educação é o grande caminho, educação para mim é convivência, conhecimento, experiência (...) então eu acho que começa por aí, você trabalhar a auto-estima, depois a autonomia (...). Vem o momento da palestra, a gente também tem os cinco minutos do '*fala grupo*' na reunião, que é para eles se colocarem, fazerem os folhetos, são ações que a gente está tentando, além das oficinas (Jaqueline — técnica da ONG).

A formalidade e a não-formalidade das ações educativas no trabalho tecem-se em conjunto. A organização e a dinamização das reuniões da cooperativa, o registro das discussões e decisões coletivas em atas, a organização dos roteiros de coleta seletiva nos entrepostos, a preparação das escalas de atividades: coleta no caminhão, separação na reciclagem, a organização do bazar de venda de peças re-aproveitáveis, mesclam-se à intuitiva preparação dos textos dos *folders* de divulgação, à organização/catalogação experimental de materiais recicláveis, às dificuldades geradas pela ausência de letramento, até ao fazer-ação no momento de 'ensinar o serviço' a outro cooperado.

Esses saberes têm sido trabalhados nos espaços não-formais de ações do grupo como os relatados acima pela técnica da ONG, a exemplo do espaço do '*fala grupo*', onde cada um pode trazer informações, falar das questões comuns ou individuais, num exercício de reconhecimento da

realidade e das possibilidades de sua transformação, que Gutiérrez (2001) chama de uma ação educativa socialmente produtiva, onde elementos em conjunto constituem um processo integrador e relacional.

Fica claro que as tentativas de escolarização se tornam distanciadas, uma vez que o universo da educação formal apresenta-se cindido da realidade dos cooperados, que apesar de desejarem resgatar a questão da escolarização, encontram impedimentos, como aponta Linda Márcia, ao se referir à possibilidade de voltar à sala de aula:

Ah! Fica todo mundo olhando pra minha cara, todo mundo rindo. Ah se ainda fosse aqui, ia ser mais fácil, mas eu acho que eu não vou conseguir aprender nada não, quando eu tiver que gravar as coisas que nem as crianças. Já me falaram, porque você não arruma um serviço em uma loja? Aí eu falo, gente eu não vou conseguir trabalhar no mercado, fazer conta, eu não tive estudo, não sei matemática (Linda Márcia).

Retomando Freire (1987), o que parece gerar tal distanciamento é que no trâmite educativo se insiste apenas em ler a palavra, esquecendo-se de que esta deveria se destinar a ler o mundo, sua cultura, seu sentido, pois:

Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens e mulheres se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (p.92).

Nesse sentido, a educação popular assume o aporte e o suporte necessários ao entendimento das possíveis mudanças que são inerentes ao processo de educação pessoal e coletiva, como nos relata Laudicéia:

Aqui o que vale é a força de vontade e a qualidade que nós temos aqui dentro. Nós temos vários conhecimentos. E para as pessoas que vão chegando a gente vai repassando conhecimento. Isso é educação pura! (Laudicéia).

Esta fala nos remete ao que Gutiérrez (2001) destaca como os componentes substantivos e sustentadores da educação popular: a produção e a organização. Em uma educação socialmente produtiva esses elementos em conjunto constituem um processo integrador e relacional.

Parece ser nesse processo de integração que acontece a produção e a socialização do conhecimento dentro da COOPCARMO e nas suas relações com a comunidade. De acordo com Gutiérrez (2001), um grupo que, de forma associativa, trabalha e reflete de forma crítica e dialógica sobre as suas produções vive, certamente, um intenso processo educativo.

O que a gente aprende aqui, passa para os outros. Ainda não sei falar direito. Aprendi o que é *PET*, o que é um papel, plástico. É, mas a gente já sabe que em uma palestra dá para falar alguma coisa. Eu nunca fui dar palestra. Acho que vou ficar com vergonha de falar (Eliete).

A produção associada estabelece-se como instância educativa (Tiriba, 2001), que educa os cooperados não só a partir das relações que se estabelecem nos fazeres cotidianos, mas nas demais relações com a sociedade. É interessante a fala desta cooperada ao se referir à dinâmica empregada ao ministrarem palestras sobre o trabalho da reciclagem, seja nas escolas públicas ou privadas, empresas, comunidades e até mesmo universidades. É uma relação de saber não impositivo, mas marcado pelas dinâmicas participativas, nascido a partir do interesse e desejo daqueles que querem aprender:

As pessoas elogiam a gente depois da palestra. A gente pergunta primeiro o que eles querem saber. Porque se a gente ficar falando, fala coisas que eles não querem saber. (...) então a gente só responde o que eles querem saber. (...) Tem colégio que a gente chega e as crianças são debochadas. Mas é assim mesmo. Pelo nível deles, eles não são nada humildes. Deixam a gente sem jeito, né? Eles falam coisas que não sabem. (...) na coleta de lixo a gente vê que está ensinando a reaproveitar os materiais. Muitas coisas que as pessoas jogam foram pensando que não vale mais nada e aí a gente tá mostrando que têm utilidade, vê que dá pra reaproveitar (Vânia).

Como foi ressaltado por Tiriba (2001), a produção e a acumulação do conhecimento, em especial quando se trata de uma produção associada, se dá no desvelar dos vários saberes do processo produtivo, através da articulação e promoção do conhecimento entre os sujeitos, da construção de valores e de sua própria reconstrução, como relata Jaqueline, ao se referir às experiências vividas nas oficinas com os cooperados:

Na reciclagem eu trabalho muito com as oficinas de fazer caderno, brinquedo, objeto, transformar roupa. Enfim, reaproveitar essas coisas para uma transformação, que eu acho que é um processo que trabalha a auto-estima, é você estar transformando uma coisa sem uso, que seria descartada, e aquilo ter uma função, uma vida de novo, com a sua participação. É uma coisa que mexe por dentro. É uma reconstrução (Jaqueline — técnica da ONG).

A construção e reconstrução dos conhecimentos não se restringem ao plano da produção, pois cada sujeito trabalhador cria suas próprias representações sobre si, sobre o seu trabalho e sobre o mundo, o que

Coraggio (2000) denominou de formas alternativas de sociabilidade. As consequências das experiências vividas pelos cooperados são apontadas por Hada:

tem trazido ensinamento, tem trazido uma nova perspectiva para cada cooperado, assim existem mudanças na vida dessas pessoas. Houve uma mudança na vida da Vânia. A Vânia é uma moradora de rua, era uma pessoa que não tinha endereço, que não tinha casa, não tinha documento, não tinha nada, né? Hoje ela se chama D.Vânia. Tem uma casa e os entregadores batem palma pra chamar Dona Vânia. Houve uma melhora na vida desse grupo, né? Talvez passe até desapercebido para eles mesmos. Como eles cresceram. Quantas pessoas têm documento, podem ir ao banco receber? Ser cidadão mesmo, de verdade? (Hada — liderança).

Estabelecendo as redes de ação coletiva e os espaços de aprendizagem

Segundo a classificação do CEMPRE — Compromisso Empresarial para a Reciclagem (1996), as cooperativas e centros de triagem estariam na fase dois do primeiro nível da cadeia de produção¹¹ de recicláveis. Nesse sentido a COOPCARMO é produtora de material que possui valor agregado e este produto é considerado uma "mercadoria". Desta forma, a problemática e a valorização do lixo não é de interesse apenas dos desqualificados para o mundo do trabalho, mas de toda uma rede social, o que torna a questão complexa e paradoxal.

Atualmente, as relações estabelecidas pela Cooperativa com o mercado parecem ser claras para os cooperados, assim como os saberes implicados na forma de produzir, na venda e na rentabilidade dos produtos comercializados, como nos fala Vânia:

Como foi explicado na reunião a gente vai pagar INPS, e aí muita gente disse 'vai pagar como?' Vai ter condições da gente tirar os R\$ 36,00 da seguinte forma: com uma caçamba dessa aqui a gente arruma o dinheiro pra pagar. Se a gente ganha 200,00 reais hoje, quando entregarmos esse material prensado e preparado, é claro que ele vai sair mais caro. Hoje a gente vende um caminhão de Pet, a R\$ 0,15 o quilo, mas se ele for tratado vamos vender a R\$ 0,35 centavos. A gente gasta mais com energia, então não dá para vender pelo mesmo preço. Então não é por que eu não sei ler corretamente que eu não esteja entendendo nada, não (Vânia).

Novas relações são constituídas com compradores que revelam formas diferenciadas de negociação, apontando para uma parceria:

Vendendo material, procurando estar sempre atento ao preço do material, buscando sempre um preço novo. A gente já adquiriu até um vínculo com os compradores. Eles também sabem do trabalho social que a gente faz aqui, da importância do trabalho. Se estamos precisando de alguma coisa eles também ajudam, entendeu? Se precisamos de dinheiro emprestado na hora de pagar as contas, emprestam o dinheiro para repor. Este vínculo com os compradores é bom em parte, mas tem hora que não é muito bom (Hada — liderança).

A liderança se refere aqui à relação que se estabelece ancorada em outros valores, ficando difícil num outro momento, simplesmente tratar comercialmente as vendas,

não é muito bom porque tem hora assim, que você fica até receosa de chegar ou pedir um aumento entendeu? Mas eu procuro ser muito honesta com eles, né? Quando aparece alguém aqui querendo comprar um material eu digo, olha fulano, apareceu alguém aqui querendo comprar o material (Hada — liderança).

O serviço de coleta seletiva realizado pela cooperativa beneficia uma extensa rede social, incluindo o mercado, o poder público e a comunidade e, em menor escala, aos próprios cooperados, como nos relata a representante da ONG *Autre Terre*:

É um projeto exemplar pela sua filosofia de libertação, entretanto, é um projeto frágil que tem de ser fortalecido. A gente trabalha com processos e não com resultados ainda, e o impacto vai demorar ainda para aparecer. Como na Europa [a exemplo dos projetos de coleta seletiva com trabalhadores belgas] demorou 20 anos para um começo de conscientização (Emanuelle — *Autre Terre*).

Neste sentido, tanto para a ONG *Autre Terre* quanto para os cooperados "o processo de conscientização da população é fundamental para a continuidade do projeto da Coleta Seletiva, cumprindo sua responsabilidade social de mudar mentalidades e hábitos para construir uma sociedade melhor" (Coopcarmo, 2004: 1).

Nas experiências de organização/realização de encontros e reuniões com órgãos públicos — prefeituras; na preparação para as palestras realizadas nas escolas e comunidade; nos contatos com outros pares: grupos de catadores, cooperativas similares, Recicloteca do Rio de Janeiro; nas reuniões regionais e nacionais; e no contato e negociação com os compradores de materiais (o mercado) é que se constroem novos saberes e conhecimentos.

As práticas cotidianas da Cooperativa nas suas relações internas ou nas relações com a comunidade, tais como: promoção de coleta seletiva sistemática e organizada no município e adjacências; promoção de conscientização comunitária sobre o trabalho ambiental-social-cultural-econômico do projeto de reciclagem; palestras e atividades ministradas pelos próprios membros do grupo; ocupação de espaço de busca de cidadania (encontros, congressos e feiras, cursos de formação que tratem dos temas de interesse do grupo: meio-ambiente, reciclagem, cidadania, sustentabilidade); e promoção da reflexão cotidiana de suas práticas em reuniões organizadas e gerenciadas pelo próprio grupo — busca de gestão democrática, tornam-se instrumentos de ampliação de seus conhecimentos e saberes.

A partir destas práticas o grupo promove o suporte dos 19 partícipes, que são hoje capazes de gerir seu próprio sustento, numa perspectiva de autonomia, solidariedade, dignidade e de resistência à exclusão e implantando, com essas ações, a possibilidade de criação, de re-invenção e de alternativas.

As atividades realizadas na Cooperativa e suas formas de interação social, construindo redes de ação coletiva, caracterizam-se por alguns objetivos específicos, tornando-se primordial para o grupo o que chamam de lema — Lixo é Vida; onde "o lixo gera trabalho, trabalho gera renda, renda devolve a dignidade e a possibilidade de prover a própria vida e a própria história" (Hada, liderança).

Considerações Finais

A análise das experiências e relações no trabalho da COOPCARMO apontou a relevância dos processos associativos populares de geração de trabalho e renda como contraponto à crise do mundo do trabalho e à crise socioambiental, vislumbrando outras formas de pensar as relações entre trabalho, natureza e educação.

Parafraseando Martins (2000), aqueles que o corpo social tomou por insignificantes e que como insignificantes são tratados permanecem, entretanto, em movimento e, justamente por isso, mantêm-se por mérito próprio, inseridos na composição do movimento social.

Com relação aos aspectos do trabalho organizado e produzido pela cooperativa, é possível aos cooperados, liderança e ONG *Autre Terre*,

perceberem o sentido da construção de um novo conceito de trabalho — um trabalho ressignificado a partir da consideração de outros valores, e a importância destes para o empoderamento dos sujeitos.

Cooperados, liderança e ONG *Autre Terre*, ao mesmo tempo em que buscam primar pela cooperação, solidariedade e democracia, encontram-se pressionados pela necessidade de produtividade e pelas exigências do mercado. Os benefícios conquistados pelo grupo se revertem para o mesmo sob a forma de subsistência digna, de aprendizagens e parcerias, entretanto, benefícios maiores e mais diretos acabam por direcionarem-se à sociedade e ao próprio mercado: os serviços a eles prestados têm dimensões bastante amplas.

Se, por um lado, a contribuição ao social é clara, o acesso a uma formação ampliada e à qualificação formal não é contemplado, uma vez que a escola apresenta-se distanciada da vida e da realidade daqueles trabalhadores. Nesse sentido, o processo educativo dos cooperados vem ocorrendo dentro do espaço da organização e da produção, tentando o caminho da aprendizagem pelas potencialidades do espaço não-formal, na busca do resgate da auto-estima dos trabalhadores.

Em se tratando das ações geradas a partir da realização do trabalho da cooperativa, estas parecem residir no patamar do espaço público: cooperados, comunidade, poder público, empresas estatais e privadas, escolas, cooperativas, organizações ambientais, e demais instituições sociais nacionais e internacionais, entre elas a ONG *Autre Terre*, vêm formando uma rede de ação coletiva.

Esta rede foi criada e projetos concretos que implicam em mudanças sociais podem ser considerados, tais como: a instituição do Programa de Coleta Seletiva no município de Mesquita, em parceira com a Petrobrás que buscará estabelecer políticas públicas sobre a questão dos impactos ambientais; o projeto da COOPCARMO — Coleta Solidária, que está ocorrendo como projeto piloto com 350 residências cadastradas pela Prefeitura com a capacitação; a abertura de espaço para publicização das questões socioambientais — I Expo Reciclagem e outros, que contou com a participação das escolas, empresários, academia, comunidade, ONGs, pequenos expositores; experiências sobre reciclagem; oficinas de reaproveitamento; e projeto de capacitação de noventa catadores de rua que

serão incluídos nos programas sociais da Prefeitura, buscando o resgate da cidadania desse sujeitos que terão sua formação iniciada pela própria COOPCARMO.

A análise dessas experiências e relações nos traz contribuições das mais variadas dimensões: social, econômica, educativa, ambiental. Entretanto, parece ser nos campos da política e da cultura, que acabam por envolver todas as demais ordens, que se destacam as constatações desse estudo: uma forma de cultura cunhada inicialmente pelo trabalho, um tipo de trabalho (re)significado, que surge como princípio e fim educativo no cotidiano daqueles sujeitos e que vai se ampliando para as demais relações sociais.

A educação popular que perpassa todo este processo possui um enfoque voltado aos grupos à margem do sistema formal de ensino e um direcionamento para além do campo educativo, abrangendo o campo político, que considera a exclusão e os oprimidos do sistema social. Esta perspectiva no interior dos novos movimentos sociais surge desde os anos 1970, com a mudança paradigmática que envolve as ações coletivas dos movimentos populares, que atuam

no interior de um campo ético-político, campo esse que supõe [...] a existência de uma sociabilidade comum aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e assim por diante (Doimo, 1994: 68).

Estes movimentos "jamais reproduzirão o padrão clássico do conflito de classes porque as contradições agora são de outra ordem e porque os conflitos aí instalados são metapolíticos, ou seja, muito mais pautados em valores do que em reivindicações negociáveis" (Doimo, 1994: 46). Nesse sentido, as formas de ação tenderiam mais à autonomia em relação ao Estado, do que a exigência de que este primasse por uma pauta política coletiva.

Assim, Doimo (1994) destaca uma dicotomia no que tange ao entendimento das ações coletivas acerca do campo ético-político dos movimentos populares: ora expressivo-disruptiva, envolvendo valores éticos morais e apelos éticos políticos conformando barreiras intergrupos, ora integrativamente-corporativa, envolvendo maior nível de integração social através da acessibilidade a bens e serviços, porém, considerando os conflitos

e disputas imanentes aos próprios grupos e às forças oponentes a esse movimento.

A complexidade que envolve esta experiência nos coloca diante de uma gama de contribuições que são desenvolvidas nas atividades realizadas pelo grupo, seja pelo montante de lixo recolhido da natureza — prestação de serviço público; pelo resgate dos sujeitos através da geração de renda e da recuperação da dignidade; pelas aprendizagens dos cooperados e da comunidade, sob a ótica de outros valores sociais; pelas novas oportunidades criadas; pelas relações estabelecidas com o poder público e privado; pela interação estabelecida com a escola e pela inclusão através do reapoderamento do espaço social, entre tantas outras.

A COOPCARMO com seu movimento local e pontual acaba por congregar para a 'roda de discussão', os mais diversos atores sociais, representativos e significativos de nossa sociedade, mesmo que estes se apresentem com intenções muito distintas. E não seria esse o maior propósito? O de resgate do espaço público enquanto fórum social? Sabemos que não é pela busca de unanimidade e pela homogeneização que a sociedade se tornará mais equânime, mas pela garantia de um espaço de explicitação/publicização da diversidade de idéias e concepções, das diferenças que poderemos viabilizar, e quem sabe alcançar, a possibilidade de democracia, de cidadania, de inclusão social e de uma economia realmente solidária.

Notas

- 1 Pelos critérios da ONU, que considera extremamente pobre ou indigente quem vive com menos de 1 dólar por dia, o Brasil já cumpriu a meta ao baixar para 4,2% o número de pessoas nestas condições — o porcentual era de 8,8% da população em 1990. Ainda assim, há 7,5 milhões de brasileiros vivendo na indigência. É como se o Brasil tivesse uma Suíça inteira na miséria. Já os pobres, aqueles em condição levemente melhor, caíram de 42,033 milhões de pessoas para 36,153 milhões, uma população igual à da Polônia. O Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) também aponta queda da pobreza, mas difere dos dados da ONU e da FGV. Conforme o IETS, a pobreza caiu de 30,5%, em 2005, para 26,9%, em 2006. Para o Instituto, o país tem 49.043 milhões de pobres, quase 13 milhões a mais do que nas contas da FGV. Pelos cálculos do IETS, o número de indigentes também é maior: chega a 10,3 milhões. A diferença se dá porque, para o IETS, é pobre a pessoa com renda *per capita* inferior a R\$ 266,15 (Jornal GAZETA, abril, 2008).

- 2 Caracterizada aqui como despossuídos de bens e direitos sociais.
- 3 A COOPCARMO teve sua origem nas paróquias e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) do bairro (Paróquia São José Operário e Curato de Santo Elias), que compreendem os bairros de periferia de Califórnia, Fraternidade, Vila Nova, Juscelino, Santa Clara e Santo Elias e Jacutinga. São onze comunidades ao todo assistidas por essa Paróquia, entretanto, as comunidades de Santo Elias e Jacutinga são marcadas por uma realidade social de abandono e exclusão. Tornou-se COOPCARMO — Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Mesquita Ltda, em 09 de junho de 2003, consolidando-se como sistema cooperativo após trajetória de onze anos como Reciclagem Comunitária — Projeto Lixo é Vida, como alternativa à geração de trabalho e renda daquela comunidade. A Cooperativa conta hoje com aproximadamente 1450 entrepostos (residências, escolas, empresas/indústrias, igrejas, associações), cujas coletas são feitas quinzenalmente nas cidades de Mesquita e Nova Iguaçu, correspondendo a 50 toneladas de materiais recicláveis coletados mensalmente. As suas atividades promovem tanto os processos para a Reciclagem quanto o Reaproveitamento Criativo de Materiais. (HADA — Liderança, 2008).
- 4 O balanço de janeiro a abril de 2007 havia registrado que o grupo havia recolhido do meio ambiente, comunidade local e adjacências (Municípios de Mesquita e Nova Iguaçu) 166 mil toneladas de lixo reciclável. Como já registrado em nota anterior, atualmente são 50 toneladas de materiais recicláveis coletados mensalmente.
- 5 Tentativa de suprir com alimentos as carências locais (doação de bolsas de alimentos adquiridas em campanhas nas missas das várias comunidades e paróquias locais, e outros espaços).
- 6 Atualmente existe parceria estabelecida com a Prefeitura de Mesquita, cujo objetivo é firmar o processo de coleta seletiva no município, tendo em vista a educação ambiental. Nesse sentido, algumas ações vêm sendo implementadas, tais como, a I EXPO RECICLAGEM, ocorrida em junho/2005, que colocou em pauta a questão do lixo e seu tratamento/reaproveitamento, gestão de coleta seletiva, reciclagem de processos industriais, educação ambiental e Inclusão Social de catadores, da qual a COOPCARMO participou compondo a mesa das discussões e com Stand de exposição de atividades, juntamente com entidades como UFF/RJ, SEBRAE/RJ, SEMUAM, RICAMARE, entre outros. Mesquita sofreu mudança de Governo, após o mandato do primeiro Governo, pós-emancipação (Mesquita foi elevada à categoria de cidade, no dia 25 de setembro de 1999), agora ocupado pelo Partido dos Trabalhadores, e apontando, 'a princípio' (considerada a crise ética e política que vivemos atualmente no país), para a constituição de políticas públicas mais participativas.
- 7 A ONG *AUTRE TERRE* (<http://www.autreterre.org>) tem atuação internacional e seu objetivo é apoiar ações de tipo econômico visando atingir as causas da miséria. Atua desde 2002 no Projeto Lixo é Vida, até a transformação do mesmo em Cooperativa em junho/2003, além de outros projetos no Brasil.
- 8 Espaço em contrato de comodato com a Diocese de Nova Iguaçu. Local murado, com cobertura parcial de área. Trata-se de um grande terreno, com uma casa muito simples, onde reside um casal participante do projeto — a liderança, um outro prédio térreo onde se organiza uma biblioteca comunitária e sala de encontros com

TV e Vídeo, juntamente com a cozinha improvisada para organização da alimentação do grupo, e uma outra sala, espaço para o bazar de roupas, objetos e materiais produzidos no reaproveitamento ou oficinas de criação. O restante do terreno contém espaço para armazenamento do lixo, onde é feita a separação (Galpão coberto, com piso de cimento e rampa para separação do lixo), e área livre para alocação de contêiner e outros materiais que por ventura não foram ainda encaminhados para a esteira. Havia também no local um espaço para criação de animais (porcos, galinhas, patos e o cavalo da charrete, que servia para coleta no bairro, para transporte e outros serviços. A criação de animais não é mais prioridade do projeto e da cooperativa.

- 9 Este roteiro de pesquisa foi adaptado a partir do Roteiro de Pesquisa de Tiriba (2001), quando a autora trabalhou com OEP's — Organizações Econômica Populares, em sua tese de doutorado. Ele sofreu vários momentos de ajustes, buscando adequá-lo às necessidades da pesquisa de campo.
- 10 www.autreterre.org. Foi necessário o recurso da tradução, uma vez que os documentos da ONG (página, relatórios e publicações), encontram-se todos em Francês. Agradecemos carinhosamente ao Marcelo Renou pelo valioso trabalho de tradução e também de revisão.
- 11 No primeiro nível da cadeia se encontrariam os catadores autônomos, num segundo momento desse nível, as cooperativas organizadas e centros de triagem; no nível dois, pequenos e médios sucateiros; no nível três, grandes sucateiros e no ápice — nível quatro, os recicladores (CEMPRE, 1996).

Referências

- AUTRE TERRE. (2008) *Informações*. [Em linha] [Disponível em <http://www.autreterre.org>].
- BOURDIEU, Pierre (1998). *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BUARQUE, Cristovam (2001). *Admirável mundo atual. Dicionário Pessoal dos Horrores e Esperanças do Mundo Globalizado*. São Paulo: Geração Editorial.
- CEMPRE (1996). *O Sucateiro e a Coleta Seletiva. Reciclagem e Negócios — Mercado de Sucatas*. São Paulo: CEMPRE.
- CATTANI, Antonio David (2003). A outra economia: os conceitos essenciais. In A. D. Cattani (Org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, pp. 9-14.
- COOPCARMO (2004). *Informativo no. 03*, Rio de Janeiro, Mesquita: COOPCARMO.
- CORAGGIO, José Luís (2000). *Desarrollo Humano, Economía Popular y Educación*. Buenos Aires: Rei Argentina. Instituto de Estudios y Acción Social/ Aique Grupo Editor.
- CORAGGIO, José Luís (2003). Economia do trabalho. In A. D. Catanni (Org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz: 88-95.
- DELUIZ, Neise (1995). *Formação do Trabalhador: Produtividade e Cidadania*. Rio de Janeiro: Shape Editora.

- DOIMO, Ana Maria (1994). *A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. RJ: Relume-Dumará, 1994.
- FREIRE, Paulo & SHOR, Ira (1987). *Medo e Ousadia: o Cotidiano do Professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUTIÉRREZ, Francisco (2001). Educação comunitária e desenvolvimento sócio-político. In M. Gadotti & F. Gutiérrez (Orgs.), *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, pp. 23-33.
- GOHN, Maria da Gloria (2002). *Educação Popular na América Latina no Novo Milênio: Impactos do Novo Paradigma*. São Paulo: ETD.
- GOHN, Maria da Gloria (2006). Educação não formal, participação da sociedade civil estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais*, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, pp.11-25.
- ICAZA, Ana Mercedes Saria & TIRIBA, Lia (2003). Economia popular. In A. D. Cattani (Org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, pp. 101-109.
- JOURNAL TERRE, nr. 109. Ete 2005, pg. 18. [Em linha] [Disponível em <http://www.autreterre.org/Uploads/Documents/TERRE%20109%20BD.pdf>].
- JORNAL GAZETA DO POVO. Pobreza. [Em linha] [Acedido em 10 de Junho de 2008, disponível em http://www.orbis.org.br/noticias/noticia_mostra.php?id=104].
- MARTINS, José de Souza (2000). *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo: Hucitec.
- NASCIUTTI, Jacyara Carrijo Rochael (2001). Participação comunitária para melhor qualidade de vida. Série Documenta, no 11, Ano VIII. *Eicos/Cátedra da UNESCO de Desenvolvimento Durável*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- OFFE, Claus (1989). Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, no.10, vol.4, pp. 5-18.
- PREFEITURA DE MESQUITA (2008) *Informações*. [Em linha] [Disponível em <http://www.mesquita.rj.gov.br>].
- RAZETO, Luís (2001). Economia de solidariedade e organização popular. In M. Gadotti & F. Gutiérrez (Orgs.), *Educação Comunitária e Economia Popular*. São Paulo: Cortez, pp.34-58.
- SINGER, Paul (2003). Economia solidária. In A. D. Cattani (Org.), *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, pp. 116-124.
- SINGER, Paul (1997). Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Revista Proposta*, no 72, pp. 6-13.
- SOUZA SANTOS, Boaventura (1997). A queda do Ângelus Novus: Para além da equação moderna entre raízes e opções. *Novos Estudos CEBRAP*, no 47, pp.103-124.
- TIRIBA, Lia (2001). *Economia Popular e a Cultura do Trabalho: Pedagogia (s) da produção associada*. Ijuí/ RS: Ed. Unijuí.

**POPULAR ECONOMY AND EDUCATION: THE EXPERIENCE OF A WASTE
RECYCLING COOPERATIVE IN RIO DE JANEIRO**

Abstract

The article analyzes the experiences and practices of a Waste Recycling Cooperative situated in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, focusing on its organization and work relations, on the knowledge that is constituted in work process and the networks of collective action established with the community. The data were obtained through interviews with the cooperative workers, their leadership and the technicians from the NGO *Autre Terre*, which gives support to the project. The results of the qualitative research illustrate that this popular and solidary economy experience became an alternative for social inclusion, generating work and income, knowledge and values, all under the perspective of a critical popular education. In the relationship between Cooperative and Community collective action networks are established that rescue the public sphere, in which the diversity of ideas and conceptions are explicit, making the exercise of citizenship possible.

Keywords

Solidary economy; Popular education; Social movements; Cooperativism

ECONOMÍA POPULAR Y LA EDUCACIÓN: LA EXPERIENCIA DE UNA COOPERATIVA DE RECICLAJE DE RESIDUOS EN RIO DE JANEIRO

Resumen

En éste artículo se examinan las prácticas de una cooperativa de Reciclaje de Residuos ubicado en Baixada Fluminense, Río de Janeiro, centrándose en la organización y las relaciones de trabajo, los conocimientos producidos en los procesos de trabajo y redes de acción colectiva establecida con la comunidad. Los datos se obtuvieron a través de entrevistas con los miembros de las cooperativas y sus dirigentes y con los técnicos de la organización no gubernamental *Terre Autre*, que apoya el proyecto. Los resultados de la investigación cualitativa revelan que esta experiencia de economía popular y la solidaridad se ha convertido en una alternativa para la inclusión social, generación de empleo e ingresos, así como los conocimientos y valores, la perspectiva de una educación popular crítica. En las relaciones de cooperación con la comunidad son establecidos redes de acción colectiva, es rescatar un espacio público, en la que el publicización de la diversidad de ideas y conceptos pueden facilitar el ejercicio de la ciudadanía.

Mots-clé

Economía solidaria; Educación popular; Movimientos sociales; Cooperativa

Recebido em Setembro/2008

ACEITE PARA PUBLICAÇÃO EM JUNHO/2009

Toda a correspondência relativa a este artigo deve ser enviada para: Ana Maria Marques Santos, Rua da Verdade, 368 Centro, Mesquita, RJ, Cep. 26553200, Brasil. E-mail: – anamarques.ufrrj@gmail.com ou anmm@ism.com.br